

Resumo das Políticas de Investimentos

31 de dezembro de 2018

Plano Promon MultiFlex

Para subsidiar a revisão da Política de Investimentos para 2019, a Fundação contratou um estudo de alocação estratégica de carteira junto à empresa especializada TAG Investimentos. A partir da expectativa de retorno de cada classe de ativos para um período de três anos e a volatilidade histórica de cada uma delas, o estudo simulou diversas combinações de carteira com o objetivo de projetar o nível de benefício obtido por um participante típico, variando-se as premissas individualizadas de sua avaliação atuarial e o retorno real projetado da carteira. Buscou, assim, identificar a relação retorno-risco mais adequada ao plano.

A partir desses estudos, o Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 6 de dezembro de 2018, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano MultiFlex, válida para o período 2019-2023, obedecendo às disposições legais, que definem que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

A alocação-objetivo foi definida considerando ainda o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração dessa política. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

No que se refere às perspectivas de curto prazo, os desafios a serem enfrentados em 2019 continuam relacionados à manutenção das taxas de juros reais em torno de 3,0% ao ano, patamar bastante inferior ao observado historicamente, o que incentiva os planos previdenciários a buscar uma maior rentabilidade em classes de ativos com maior risco.

Uma vez que a Fundação já vinha efetuando, ao

longo dos últimos exercícios, movimentos de adequação da carteira do MultiFlex a esse ambiente econômico em que prevalecem juros mais baixos, o estudo realizado pela TAG mostrou a conveniência da manutenção da macroalocação atual, com ajustes pontuais. A principal alteração para 2019 foi o aumento de 64% para 65% da alocação-objetivo na classe de renda fixa, e de 7% para 9% na classe de renda variável, com correspondente redução de 8% para 5% nos investimentos no exterior.

De modo a tornar os limites de alocação mais restritivos e aderentes ao efetivo planejamento de alocação para o plano, foram alterados o limite mínimo em renda fixa de 24% para 30%; o limite máximo em renda variável de 30% para 20%; e o limite máximo de investimentos de origem imobiliária de 1% para 5%, uma vez que o mercado de ativos financeiros com lastro imobiliário tem se mostrado cada vez mais líquido e promissor no que se refere a boas oportunidades de investimento.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política de Investimentos 2019-2023, com seus respectivos benchmarks e metas de rentabilidade.

A Fundação Promon pratica a marcação a mercado para todos os ativos que compõem o portfólio de aplicações do plano MultiFlex, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Esse método consiste em registrar todos os ativos – para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento – pelo preço transacionado no mercado na data de cálculo ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma

eventual transação feita no mercado financeiro naquela data. Tal preço de mercado para os diferentes ativos é estabelecido por um agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S.A.

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem instrumentos derivativos, desde que obedeçam aos limites e às condições e restrições legais. É vedado que mantenham posições a descoberto ou que possam gerar

perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento. Essas restrições não se aplicam à carteira de fundos multimercados que integram o segmento de investimentos estruturados.

O controle da aderência a essas disposições é feito individualmente para cada veículo de investimento pela custódia e, de forma redundante, por consultor especializado em gestão de risco contratado pela FPPS.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação - objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa	CDI	CDI + 1,5% ao ano	100%	65%	30%	100%
Renda variável	Ibovespa	Ibovespa	70%	9%	0%	20%
Estruturados	CDI + 2% ao ano	INPC + 5% ao ano	20%	19%	0%	20%
Exterior	MSCI ACWI	Dólar (*) + 5% ao ano	10%	5%	0%	10%
Imóveis	CDI	CDI	20%	0%	0%	5%
Operações com participantes	INPC + 6% ao ano	INPC + 6% ao ano	15%	2%	0%	15%
Plano MultiFlex	CDI	CDI				

(*) Variação cambial do Real (BRL) em relação ao Dólar norte-americano (USD).

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

MultiFlex

SEGMENTOS	2018
Renda fixa	7,8%
Renda variável	26,7%
Estruturados	5,2%
Exterior	3,5%
Empréstimos	9,5%
TOTAL	7,9%

INDICADORES

CDI	6,4%
Ibovespa	15,0%
IBrX	15,4%
INPC	3,4%

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | VALORE EM MILHARES DE R\$

MultiFlex	31/12/2018		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018-2022 (**)		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
Renda fixa	495.403	69,6	24%	100%	100%
Títulos públicos	41.625	5,9			
Títulos privados	7.155	1,0			
Fundos exclusivos	220.867	31,0			
Fundos abertos	225.755	31,7			
Renda variável	50.208	7,1	0%	30%	70%
Fundos exclusivos	19.517	2,7			
Fundos abertos	30.691	4,3			
Estruturados	120.359	16,9	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	88.265	12,4			
Fundos abertos	32.094	4,5			
Exterior	32.670	4,6	0%	10%	10%
Imobiliários	-	-	0%	1%	20%
Empréstimos a participantes	12.175	1,7	0%	15%	15%
Disponível	581	0,1			
Total	711.396	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 4.661 de 25/05/2018. | (**) Limites conforme revisão da Política aprovada pelo Conselho Deliberativo em 07/08/2018.

Plano Promon BásicoPlus

Visando o ano de 2019, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo feito periodicamente, a Fundação contratou, no segundo semestre de 2018, a realização de um novo estudo de Asset Liability Management (ALM), a cargo da empresa especializada Aditus Consultoria Financeira Ltda. Esse estudo associa os ativos que compõem a carteira do plano aos compromissos futuros junto a seus participantes, procurando determinar a alocação estratégica ótima dos investimentos para que o plano cumpra suas obrigações de pagamento de benefícios.

De posse dos estudos realizados, o Conselho Deliberativo da Fundação, em reunião ocorrida em 6 de dezembro de 2018, aprovou a manutenção da Política de Investimentos vigente para o período 2019-2023, sem necessidades de ajustes no portfólio, obedecendo às disposições legais, que definem que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Os números da Política refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política 2019-2023, com suas respectivas metas de rentabilidade.

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e dos fundos de investimentos nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento,

pelo preço transacionado no mercado ou, quando este não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro.

O plano, no entanto, contabiliza os títulos públicos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva. A adoção desse critério, respaldada pela capacidade financeira do plano BásicoPlus de manter os títulos até o seu vencimento e confirmada pelo estudo de ALM realizado em 2018, está formalmente aprovada pelos órgãos reguladores e foi a estratégia adotada para proteger o plano de eventuais volatilidades nas taxas de juros de longo prazo. O cálculo do valor dos papéis na curva é realizado pelo agente custodiante independente, o Banco Itaú Unibanco S.A.

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem instrumentos derivativos, desde que obedeçam aos limites, condições e restrições legais. É vedado que mantenham posições a descoberto ou que possam gerar perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento. Essas restrições não se aplicam à carteira de fundos multimercados que integram o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito individualmente por veículo de investimento pela custódia e, de forma redundante, por consultor especializado em gestão de risco contratado pela FPPS.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Meta atuarial	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação - objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa		INPC + 5,35%	100%	82%	45%	100%
Renda variável		Ibovespa	70%	5%	0%	20%
Estruturados		INPC + 5% ao ano	20%	9%	0%	20%
Exterior		Dólar (*) + 5% ao ano	10%	3%	0%	5%
Imobiliário		INPC + 6% ao ano	20%	0%	0%	8%
Operações com participantes		INPC + 6% ao ano	15%	1%	0%	2%
Plano BásicoPlus	INPC + 5,35% ao ano	INPC + 5,35% ao ano				

(*) Variação cambial do Real (BRL) em relação ao Dólar norte-americano (USD).

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

BásicoPlus

SEGMENTOS	2018
Renda fixa	10,7%
Renda variável	18,6%
Estruturados	1,6%
Exterior	7,2%
Imobiliário	7,0%
Empréstimos	9,8%
TOTAL	10,0%

INDICADORES

CDI	6,4%
Ibovespa	15,0%
IBrX	15,4%
INPC+5,35% ao ano (meta atuarial)	9,1%

Em 2016, meta atuarial de 5,0% ao ano.

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | VALORE EM MILHARES DE R\$

BásicoPlus	31/12/2018		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018-2022 (**)		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	Inferior	Superior	(*)
Renda fixa	689.454	78,7	45%	100%	100%
Títulos públicos	609.638	69,6			
Títulos privados	9.058	1,0			
Fundos exclusivos	-	-			
Fundos abertos	70.758	8,2			
Renda variável	64.893	7,4	0%	20%	70%
Fundos exclusivos	59.484	6,8			
Fundos abertos	5.409	0,6			
Estruturados	59.878	6,8	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	30.001	3,4			
Fundos abertos	29.877	3,4			
Exterior	18.148	2,1	0%	5%	10%
Imobiliário	42.984	4,9	0%	8%	20%
Empréstimos a participantes	1.090	0,1	0%	2%	15%
Disponível	47	0,0			
Total	876.494	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 4.661 de 25/05/2018. | (**) Limites conforme revisão da Política aprovada pelo Conselho Deliberativo em 07/08/2018.

Plano de Gestão Administrativa

Visando os próximos anos, o Conselho Deliberativo, em sua reunião de 6 de dezembro de 2018, aprovou a Política de Investimentos para o período de 2019 a 2023, com um pequeno ajuste em relação à Política vigente: a alocação-objetivo da renda fixa foi reduzida de 92% para 87% e a dos investimentos estruturados foi aumentada de 8% para 13%.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação - objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa	CDI	CDI	100%	87%	85%	100%
Renda variável	-	-	70%	-		
Estruturados	CDI + 2% ao ano	INPC + 5% ao ano	20%	13%	0%	15%
Exterior	-	-	10%	-		
Imobiliário	-	-	20%	-		
Operações com participantes	-	-	15%	-		
PGA	CDI	CDI				

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PGA

SEGMENTOS	2018
Renda fixa	9,1%
Estruturado	6,8%
TOTAL	8,9%

INDICADORES

CDI	6,4%
-----	------

PGA

31/12/2018

	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	7.928	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	238	3,0
Disponível	238	3,0
GESTÃO TERCERIZADA	7.690	97,0
Renda fixa	6.727	84,9
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo	6.727	84,9
Santander Soberano DI	-	-
Estruturados	963	12,1
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI	963	12,1